

Prioridades frente à crise

LUIZ BRESSER PEREIRA
Especial para o CORREIO

A prioridade número um do Governo diante da presente crise não é a de combater a inflação, mas a de garantir sua própria unidade e autoridade. Sem dúvida a causa da crise é a aceleração inflacionária, mas é preciso lembrar que inflação é um fenômeno ao qual os brasileiros já estão habituados e com o qual aprenderam a conviver. O que é preocupante no atual momento não é a inflação, que já está aí de volta, mas a profunda decepção de toda a sociedade com o fracasso do Plano Cruzado e a perda de autoridade do Governo, na medida em que o congelamento de preços é desrespeitado.

Para recuperar a autoridade e novamente ganhar unidade, o Governo precisa sair do imobilismo em que a crise o lançou. Não pode, entretanto, fazê-lo tomando decisões arbitrárias. As medidas que eram possíveis de se tomar para corrigir o pacote de 21 de novembro foram ficando ultrapassadas dia a dia, na medida em que — não sendo tomadas — a inflação avançava. No começo de dezembro era ainda possível reduzir as alíquotas aumentadas do IPI e compensar a perda fiscal com a antecipação do Imposto de Renda na Fonte. Em meados de dezembro, era possível reproduzir a estratégia bem-sucedida da Argentina depois do descongelamento de 4 de abril e estabelecer um percentual de 5 por cento mensal de aumento dos preços para todas as empresas, ao mesmo tempo em que se realinhavam acima desse percentual alguns preços mais importantes.

Hoje, quando os empresários falam em um reajuste geral de preços de 25 por cento e os trabalhadores em um aumento do salário mínimo de 800 para 4.800 cruzados — ambas as medidas provocando um forte choque inflacionário — e quando membros do Governo começam a falar em hiperinflação, todas aquelas medidas estão ultrapassadas. O que resta fazer agora em matéria de preços é o realinhamento rápido, mas parcial, gradual dos preços, na linha do que foi decidido no último fim de semana pelo ministro da Fazenda, sempre por um percen-

tual inferior ao pedido pelas empresas, e falando-se o menos possível em realinhamento. Além disso, é necessário liberar um grande número de preços, dada a impossibilidade de controlá-los.

Mais amplamente, para recuperar sua autoridade não resta outra alternativa ao Governo senão liberar grande parte dos preços, mantendo sob controle (mas não congelados) apenas os preços essenciais que possam ser efetivamente acompanhados; manter o gatilho até que se possa medir suas consequências; reindexar plenamente o sistema financeiro; e tomar medidas fiscais e monetárias adicionais que desaqueçam a demanda. Não necessitamos de uma recessão neste momento, mas reduzir a taxa de crescimento é essencial.

Em outras palavras, é preciso agora voltar ao mercado. O Plano Cruzado foi uma medida bem formulada e inicialmente bem-sucedida de intervenção no mercado, que se mostrava incapaz de eliminar a inflação inercial. Fracassou em seguida porque o mercado não foi respeitado. Porque desequilíbrios microeconômicos (distorções nos preços relativos) e macroeconômicos (excesso de demanda) constituíram uma agressão às leis do mercado. Agora não resta outra alternativa senão voltar ao mercado. Por algum tempo, de forma vigiada, mas voltar ao mercado.

Em que patamar a inflação se estabilizará? Não sei. O certo é que, reindexada a economia e reduzida a pressão da demanda, através de cortes de gastos do setor público, a inflação se estabilizará em algum patamar. Depois de algum tempo de estabilização nesse patamar, voltando o componente inercial a predominar claramente sobre o componente acelerador da inflação, será possível pensar em um novo choque. Um novo congelamento quando a inflação está em pleno processo de aceleração, o que significa que os preços relativos estão profundamente desequilibrados, é inviável. Ou muito arriscado. Não garante um mínimo de neutralidade distributiva ao choque.